



CAXIAS e seu tempo

Sergio Roberto Dentino Morgado

Nenhum povo tem a consciência do seu destino e a certeza do seu valor, se ignora o seu passado, ou, o que é mais funesto ainda, se não o entende.

Pedro Calmon¹

São passados duzentos anos desde que Luiz Alves de Lima e Silva começou a viver seu tempo – tempo de glória, tempo de lutas, tempo de disputas, tempo de rotinas, tempo de mandos e desmandos, tempos da Colônia, do Reino e do Império, tempos de Caxias.

Para conhecer o paradigma, é preciso entender as suas circunstâncias, e é essa a proposta que faço ao abordar os tempos em que Caxias viveu, na esperança de contribuir para que os seus atos sejam compreendidos dentro do contexto histórico em que foram praticados.

O espaço de um artigo é muito curto para traduzir o tempo de Caxias, mas ficará a intenção de um ensaio maior e mais completo, que permita

atingir o tema nas dimensões que a imensa variedade de fontes disponíveis e sua complexidade nos oferecem.

É justo e necessário começar pelo período que antecede o seu nascimento, ocorrido em 25 de agosto de 1803, na Fazenda São Paulo, de propriedade de seus avós maternos, encravada no Porto da Estrela, um dos escoadouros da produção agrícola da Província do Rio de Janeiro, quase na foz do Rio Inhomirim, no seu desaguadouro na Baía de Guanabara. Também é justo afirmar que Caxias não existiria se para o Brasil não tivesse vindo o Regimento de Bragança, no quadro da Guerra dos Sete Anos, para participar da defesa da Colônia contra os ataques dos espanhóis no sul do nosso

¹ In *História da Civilização Brasileira*, Senado Federal – 2002 (Duas palavras sobre a 3ª Edição).

continente. Esse regimento era um feudo da Família Lima e Silva, nobres portugueses que têm sua história atrelada aos primórdios da grande epopéia lusitana, com suas origens nos reinos dos visigodos, bárbaros germânicos levados pelos romanos para combater os vândalos e os suevos na Península Ibérica. Seu bisavô paterno, o Sargento-Mor João da Silva da Fonseca Lima, era oficial do Regimento de Lagos, tropa de 1ª linha do Algarve, reino ao sul de Portugal.

Bragança é uma cidade situada ao norte do território luso, que assim como Moura e Extremóz, cidades existentes na fronteira com a Espanha, transformou-se em guarnição do reorganizado Exército português por determinação do Marquês de Pombal e sob a direção do Conde de Lippe, nobre alemão a serviço da Inglaterra e discípulo dileto de Frederico - O Grande. Bragança, Moura e Extremóz cederam seus regimentos, após a Paz de Fontainebleau, para lutarem pela posse da foz do Prata, em torno da Colônia do Sacramento.

Sabe-se que o Regimento de Bragança veio para o Brasil ao comando do Coronel Francisco de Lima e Silva, tio-avô de Caxias, conforme nos conta o General Aureliano Pinto de Moura, em artigo existente na *Revista do Exército Brasileiro*, v. 139. Essa é uma questão interessante a ser esclarecida, porque Lagos e Bragança se opõem diametralmente na estremadura do território português.

Mas o que torna viável o nascimento de Caxias é a vinda de seu avô, ainda capitão, em 1783, proveniente de Lagos. José Joaquim de Lima e Silva era solteiro e tinha, então, 37 anos. Casou-se três anos depois com Joana Maria da Fonseca Costa e teve 13 filhos, sendo seu primogênito Francisco de Lima e Silva, pai de Caxias, que herda o nome do tio, comandante do regimento. Protagonista da abdicação de D. Pedro I, será Regente e Senador do Império. Seus irmãos, tios de Caxias, formam

uma estirpe militar de alto valor na nossa história, destacando-se dentre eles José Joaquim de Lima e Silva, homônimo do pai, futuro Visconde de Magé, que vai ser o primeiro comandante do Batalhão do Imperador, unidade criada por D. Pedro I e na qual Caxias vai ter seu batismo de fogo; Manoel da Fonseca Lima e Silva, futuro Barão de Suruí, também integrante do Batalhão como seu subcomandante; João Manoel de Lima e Silva, nascido em São Borja em 1805, dois anos mais moço que Caxias, e que vai ser um dos líderes da Revolução Farrroupilha; e Luiz Manoel de Lima e Silva, nascido em 1806, que vai participar da Batalha do Passo do Rosário. Todos eles atingiram o generalato.

Meditemos sobre a formação militar do capitão de Lagos e sua prole, porque dela se abeberou Caxias. Começemos por distinguir o Portugal camoniano, da dinastia de Avis, do Portugal bragançino, surgido da restauração, liberto do mando espanhol. O primeiro tirava suas forças do cidadão-soldado, do povo em armas, de seus feudos, e sua glória estava no mar, na Carreira das Índias, de onde vinham sua fortuna e seus heróis. O Portugal do século XVIII lutava, desde de 1640, para se reafirmar como nação e impedir que a Ibéria fosse um berço unicamente espanhol.

No início desse século, em 1707, durante a Guerra de Sucessão da Espanha, D. João V reorganizou o Exército lusitano, com base na doutrina francesa, e transformou o velho terço, de origem espanhola, em regimento, constituído por 12 companhias de cinqüenta homens, sendo uma de granadeiros e as outras de fuzileiros. Era o início da substituição da ordem profunda - onde imperavam o pique e o choque provocado pela massa compactada pela ordem linear - assentada no poder da arma de fogo e no fracionamento dos meios empregados. Era o início da profissionalização do Exército, requisito essencial dos regimes absolutis-

tas e que modificava profundamente o sistema português de recrutamento, baseado nas milícias compostas pelos cidadãos-soldados. Era o tempo dos mercenários, que tornavam caras as guerras, e era, sobretudo, o tempo em que Portugal nadava em ouro, vindo das minas do Brasil.

Voltemos, entretanto, às influências mais próximas à vinda do Regimento de Bragança para o Brasil. Falemos de Lippe e de Frederico II.

A nossa Biblioteca do Exército editou e distribuiu, em 2002, o livro *Construtores da Estratégia Moderna*, uma coletânea de ensaios da qual aproveitei o trabalho que R. R. Palmer, Professor Emérito de História da Universidade de Yale, fez sobre Frederico.

Palmer, para explicar Frederico, remete-nos às origens da Prússia, onde seu bisavô, a fim de criar um Estado, funda um exército. Para mantê-lo, cria novas política e economia. São as origens do “estadismo prussiano” que Frederico vai aperfeiçoar, valorizando a importância do recrutamento nacional e da nobreza para a constituição do oficialato, equilibrando a presença de mercenários estrangeiros, que Palmer registra como um *florescer do patriotismo*.

Não se observava, naquela época, uma relação afetiva maior entre os soldados e seus chefes, e uma das conseqüências disso era o alto índice de deserções. Vem daí o estabelecimento de regras rígidas para evitá-las. Por não ter total confiança em seus soldados, exigia-se disciplina rigorosa e se afirmava que “o menor enfraquecimento da disciplina conduziria à barbarização”. Mas Palmer é de opinião de que o principal objetivo de Frederico, com essa rigidez, era transformar o Exército em instrumento com uma só mente e uma só vontade; isto é “ninguém pensa, todos executam”, só o chefe raciocina.

Ao lado desses parâmetros e alicerçada nessa rigorosa disciplina, a tropa era submetida a um

cuidadoso treinamento, cujo objetivo era obter mobilidade tática, perícia na mudança da ordem de marcha para ordem de combate, serenidade sob fogo e completa obediência aos comandos. Frederico afirmava que “a menos que cada homem seja treinado antes, em tempo de paz, para o que terá de fazer na guerra, nada mais se terá do que pessoas com o rótulo de uma profissão, mas que não sabem como praticá-la”. Para Palmer, com tropa tão mecanizada espiritualmente, a batalha era um caso de método.

Frederico era amigo de Voltaire e, de certa forma, um filósofo. Em 1746 fez publicar suas experiências militares com as duas guerras da Silésia, num tratado que denominou de “Princípios Gerais da Guerra”. Nesses Princípios, ele enfatiza sua crença na guerra-relâmpago, afirmando que as guerras deveriam ser curtas e intensas e que, aos generais, cabia buscar uma decisão rápida, porque uma guerra prolongada, além de exaurir os recursos do Estado, destruiria a admirável disciplina de sua tropa. Seu objetivo estratégico costumeiro não era aniquilar a força de combate principal do inimigo; para ele, a finalidade da batalha era forçar o inimigo a se mover. “Vencer uma batalha significa compelir o oponente a lhe ceder sua posição”, afirmava. Adepto do combate ofensivo, porque possibilitava a liberdade de iniciativa, combatia na defensiva quando era mais fraco do que seu inimigo ou esperava obter vantagem pelo uso do tempo. Mas pregava que a defensiva deveria ser ativa e desafiadora, que mesmo baseada em fortificações fixas, possibilitasse o livre assalto a posições e a destacamentos inimigos. Afirmava que “um comandante ilude-se quando pensa que está conduzindo bem uma guerra defensiva, se não assume a iniciativa e permanece inativo durante toda a campanha. Tal defensiva vai terminar com o exército inteiro varrido do país que o general desejava proteger”.

Citado por Jay Luvaas em seu *Frederico o Grande e a Arte da Guerra* (publicação da BIBLIEX de 2001), anotamos a afirmação de que a reputação do Exército prussiano se devia à variedade e à precisão de seus movimentos e à velocidade com que atirava. Um depoimento do Major-General Henry Lloyd, que servira com os austríacos, descreve-o como uma grande e ajustada máquina, que tinha maior capacidade de manobra do que qualquer outra tropa, destacando que o problema tático básico dos exércitos do século XVIII era o de conseguir poder de fogo superior e que isso dependia da capacidade das tropas de se desdobrarem para o combate em linhas de batalha a partir das colunas de marcha e da velocidade com que recarregavam e disparavam. E acrescentava: “A velocidade com que o prussiano recarregava triplicava seu poder de fogo e o igualava a três adversários.”

Portugal e Espanha mantiveram-se neutros em relação às intrincadas redes de alianças europeias durante a Guerra dos Sete Anos. Mas isto só até 1762, quando a Espanha se alia à França, e os dois países intimam Portugal a aderir às alianças para privar a Inglaterra de bases navais no Atlântico. Pombal repele a intimação, pede a ajuda da Inglaterra e começa a preparar o Exército português para a luta. Em maio, seu efetivo atingia quarenta mil homens, incluindo a organização de um regimento da artilharia da Corte com 1.460 homens (lembramos que Frederico inovou na arte da guerra ao criar a artilharia a cavalo, na busca de dar mobilidade ao uso do fogo).

Em 6 de maio, chegam a Portugal oito mil soldados ingleses, compondo cinco regimentos de infantaria, um de dragões e oito companhias de artilharia. É bom lembrar que a Inglaterra era a grande aliada da Prússia nessa guerra.

É nesse cenário que o Conde de Lippe chega a Lisboa com dois batalhões suíços, contratados para

compor uma reserva de escol, e cumpre seu papel de defender Portugal. Mas a guerra termina e, em 3 de fevereiro de 1763, pelo Tratado de Fontainebleau, a paz é assinada entre Portugal e Espanha.

Carlos Selvagem, em seu *Portugal Militar*, faz uma observação interessante sobre essa curta participação na guerra: “O estado em que a guerra viera achar o Exército fez reconsiderar o marquês sobre o valor de um bom Exército e a necessidade de sua eficiência para afirmar, perante outras potências, a existência real da nação. A breve campanha de 1762 demonstrara, de resto, que o português não perdera ainda as suas qualidades militares e, quando instruído, enquadrado e comandado, dava um soldado admirável... De sorte que Pombal tratou de organizar o Exército à prussiana, sob a direção técnica de Lippe.”

O exército de 1ª linha passa a contar com 24 regimentos de infantaria (cada um com sete companhias de 101 homens, num total de 862 homens), um de voluntários reais, dez de cavalaria (com oito companhias de trinta homens, num total de 329 homens) e quatro regimentos de artilharia (com 12 companhias de 63 praças), sendo uma de bombeiros, uma de mineiros, uma de artífices e nove de artilheiros, perfazendo um efetivo de 738 homens por regimento. Esses valores representavam um efetivo de trinta mil homens. Na 2ª linha, permaneciam os terços auxiliares e as companhias de ordenança.

As principais reformas introduzidas por Lippe foram nos métodos de instrução, na disciplina e no sistema defensivo das fronteiras. Ele traduziu para o português as principais obras militares clássicas. Foram adotados em Portugal os regulamentos disciplinares prussianos, dos quais se evidencia o famoso *Regulamento para o Exército e disciplina dos regimentos de infantaria dos exércitos de sua majestade fidelíssima*, em 27 capítulos.

Considerada a sua maior obra, tratava de tudo – serviços diários, formaturas, uniformes etc. O capítulo nº 26, dedicado à manutenção da disciplina, foi o que lhe deu fama e lhe trouxe o ódio de todo o Exército português. Lippe buscava estimular o brio militar, não só pela rigorosa disciplina, mas também pela execução freqüente de exercícios em vários campos de manobra que foram criados no território português. No aniversário do rei, em 6 de junho de 1764, fez realizar o primeiro desfile militar em Lisboa, com a tropa marchando em passo cadenciado, para espanto da população. Cuidou-se da instrução de quadros, criando-se bibliotecas militares em cada guarnição, e o recrutamento passou a ser regional, por distritos. Foi criado também o Real Colégio dos Nobres, onde os oficiais eram preparados para as armas técnicas – a Artilharia e a Engenharia.

Que influências Francisco de Lima e Silva e seus irmãos teriam recebido de seu pai e de seu tio, que em Portugal foram formados pela nova doutrina do Conde de Lippe, calcada na arte da guerra de Frederico – o Grande? Seus reflexos teriam atingido o Patrono do nosso Exército? Como se teria dado essa transmissão de ensinamentos? Teria sido nos colóquios familiares ou nas agruras da rotina castrense?

Ocupemo-nos, agora, da época que medeia o nascimento de Caxias e a da sua afirmação como chefe militar. Refiro-me ao período da vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, até o ato de abdicação de D. Pedro I, com a sua partida para Portugal em 1831.

O contexto europeu é o do apogeu e queda do Império napoleônico e do período subsequente, fruto do Tratado de Viena, com a “pax britânica” sendo imposta ao mundo. No caso de Portugal, mais uma vez, a aliança entre França e Espanha ameaçava suas fronteiras. No caso do Brasil, conti-

nuavam as lutas no Sul, seja contra os espanhóis, seja contra os seus descendentes.

Há quem afirme que o ato da transmigração define o momento em que o Brasil deixou de ser uma Colônia para se transformar em Estado, e se fez Império antes de tornar-se Nação. Evaldo Cabral de Melo, em seu recente *Um imenso Portugal*, acrescenta que o nosso nacionalismo não precedeu, mas sucedeu a criação do Estado. Não éramos brasileiros, mas portugueses da América (esta era a visão dos chamados “homens bons” das elites que aqui viviam, nascidas ou não no Brasil).

É um fato histórico conhecido, na biografia de Caxias, o de ter o nosso patrono sentado praça como cadete aos cinco anos de idade. Essa era uma prática tradicional no Exército português. Da mesma forma, aconteceu com seu pai e seus tios no mesmo regimento – o de Bragança.

Como relata seu primeiro biógrafo, o Padre Joaquim Pinto de Campos, esse fato aconteceu em 22 de novembro de 1808, oito meses e meio após a chegada de D. João e sua comitiva ao Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro dos meados do século XVIII era uma cidade suja, cujo epicentro era o porto e que estava confinada entre quatro morros, o do Castelo – que lhe dera origem real –, o de São Bento, o da Conceição e o de Santo Antônio, aos pés do qual existia uma lagoa, que despejava suas águas em um córrego, transformado em vala de dejetos e que limitava a cidade na direção do interior. As famílias de maior posse moravam nas adjacências, em chácaras, nas praias ao sul da cidade e nos morros onde havia bons mananciais de água pura e boa vegetação, que amenizasse o clima tropical. Eram cerca de 15 mil novos moradores a serem acomodados num espaço urbano que já possuía sessenta mil almas e que foi preparado, às pressas, para recebê-los.

Voltemos ao contexto. Com a ajuda de Adolfo Morales de los Rios Filho, em seu *Rio de Janeiro Imperial*, editado em 1946 e reeditado em 2000, lembremos que a abolição por ordem de Pombal, da instrução primária controlada pelos jesuítas, causou um tremendo vácuo no ensino, particularmente no Brasil, onde educação não era considerada artigo de primeira necessidade. Os filhos dos homens bons, senhores-de-engenho, negociantes, nobres e militares, estudavam com preceptores, normalmente eclesiásticos, contratados para educá-los. Caxias certamente teve um preceptor que a História, até o momento, não registra.

Dom João, quando chegou ao Brasil, interessou-se pelo ensino e determinou à Mesa de Desembargo do Paço que retomasse os estudos primários e cuidasse das escolas. Um dos educandários criados foi o Seminário de São Joaquim, que daria origem, em 1837, ao Colégio Pedro II, no qual estudou Caxias.

Registremos que a vinda da Corte, além de abrir nossos portos, levou à criação de fábricas, liberou as indústrias, instalou bancos, bibliotecas, um jardim botânico, um liceu de artes, arquivos régios e, em 4 de dezembro de 1810, criou a Academia Real Militar, obra de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, nosso primeiro Ministro da Guerra e real inspirador da transferência do centro de poder de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Vale a pena retroceder no tempo e aprender, com Jehovah Motta, que estudou a formação do nosso oficial (*Formação do Oficial do Exército*, BIBLIEX, 1998), as origens desse processo. Ele nos remete ao início do século XVIII, quando, em 1701, foram criadas duas academias militares, uma em Lisboa e outra em Viana, assim como em 1732, as de Elvas e de Almeida, “para que se aplicassem os seus vassallos à doutri-

na militar, tão importante para a defesa dos estados portugueses”, mas que não passavam de singelas aulas ou cursos ministrados nos corpos de tropa, idênticos às aulas que funcionaram no Rio de Janeiro, em 1699, para o ensino de Fortificação. No final do século, com a proeminência das armas de fogo, que aumentaram a tecnicidade da batalha, os europeus “cuidaram de aproveitar a paz para ensinar a guerra, sistematizando o ensino dos oficiais em escolas especializadas, particularmente as de Artilharia e de Fortificação”. Vem daí a criação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, fundada em Lisboa no ano de 1790.

Com o Conde de Lippe, os conhecimentos da oficialidade vão merecer maiores cuidados: “A guerra não é para os oficiais um ofício, é uma ciência, e cada um dos seus ramos requer estudos especiais; a experiência é uma prática cega que por modo algum dispensa a instrução prévia das teorias científicas; a ignorância em coisas de guerra dá lugar à presunção vaidosa ou às apreensões frívolas, e é certo que, na presença de inimigo hábil, a ignorância dos recursos é igualmente funesta aos valorosos e aos fracos; a falta de instrução tolhe a verdadeira inteligência do espírito das ordens;”(…) “as luzes adquiridas pelo estudo são tão necessárias para saber obedecer como para comandar.”

Jehovah Motta se apóia no trabalho de Latino Coelho, *História Política e Militar de Portugal*, para concluir que as experiências lá vivenciadas pelo Conde de Linhares, seja com a presença dolorosa de estrangeiros, a quem a orientação e a chefia da nação foram entregues, seja no exercício de cargos diplomáticos, quando percorrendo a Europa, fizeram-no observar como os demais países europeus estavam resolvendo o problema de ensino e adestramento militares. Tudo isso o levava a idealizar a nossa Academia Real Militar. Conside-

rou, ainda, a reforma universitária que o Marquês de Pombal realizou em Coimbra, impregnada do espírito iluminista e, portanto, muito diferenciada de valores caros à cultura lusitana. Volto a citar Jehovah: “Dom Rodrigo concebeu a Real Academia como um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a Colônia. Era ele sensível às necessidades militares e, também, aos reclamos dos serviços públicos civis. À sua visão surgiram as imensas distâncias brasileiras pedindo estradas, os largos rios exigindo pontes, o litoral reclamando portos... Daí a idéia de que a mesma escola que cuidar das técnicas da guerra militar cuidará, por igual, dessa outra guerra que se traduz em estradas, portos e canais.”

Talvez, por isso o Estatuto de 1810 tenha estabelecido, para a Academia, um currículo de sete anos, cujas finalidades eram: 1) formar oficiais de Artilharia, engenheiros, inclusive engenheiros geógrafos e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, estradas, portos e canais; 2) formar oficiais de Infantaria e de Cavalaria. Os alunos destinados à Infantaria e à Cavalaria só estudavam as matérias do primeiro ano (Matemática Elemental) e os assuntos militares do quinto ano (tática, estratégia, castrametação, fortificação de campanha e reconhecimento do terreno). Artilheiros e engenheiros faziam o curso completo.

Caxias cursa o primeiro ano da Academia em 1818 e complementa sua formação com mais dois anos, sendo promovido a tenente em 2 de janeiro de 1821. O que aprendera além do preconizado pelo Estatuto? Por que razão ficara mais um ano? Não há registro disso, apenas a previsão de se ministrarem um ano extra de História Militar, no qual se daria “uma idéia dos maiores generais nacionais e estrangeiros e também dos planos das mais célebres batalhas”, e a possibilidade do estudo de idiomas.

Para melhor apoiar as meditações sobre essas questões, caberá aqui uma comparação com a formação dos oficiais nos Estados Unidos da América nos primórdios de sua história como nação.

George Washington, o condutor da independência americana, era partidário da guerra limitada européia, em contraposição a alguns de seus generais, que preferiam a guerra irregular, mais própria para aquele tipo de terreno e aprendida nos embates contra os índios. Imaginou criar uma escola militar naqueles moldes, quem sabe ao estilo de Frederico. Mas a Academia Militar de West Point acabou sendo organizada em 1802 por Thomaz Jefferson, um antimilitarista, na mesma década da nossa, quando grassavam, no Velho Continente, as guerras napoleônicas. Jefferson preferia os cidadãos-soldados das milícias aos soldados regulares das tropas de primeira linha como espinha dorsal da defesa americana.

West Point foi criada com um currículo que privilegiava a Engenharia em detrimento dos conhecimentos militares, para criar um exército de construtores da nação, formando oficiais para mapear o território, construir estradas, canais e toda uma infra-estrutura necessária à edificação do centro de poder nacional. Jefferson esperava que os oficiais ali formados não continuassem como profissionais, mas que voltassem à vida civil e disseminassem seus ensinamentos pelas milícias, capacitando-as militarmente.

Durante a chamada Segunda Guerra de Independência, em 1812, ficou provada a incapacidade de seus oficiais e o amadorismo de seus soldados, invalidando o ponto de vista de Jefferson. West Point, então, começou a mudar. Oficiais fizeram cursos na Europa, como foi o caso de Denis Hart Mahan, primeiro aluno da turma de 1824, designado para cursar a Escola de Aplicação para Engenheiros e Artilharia, em Metz, na França, onde

passou quatro anos. Ao voltar, Mahan foi nomeado Professor de Engenharia Civil e Militar e de Ciências da Guerra, cargo que desempenhou por 47 anos até 1871. Muitos de seus alunos foram destacados generais na guerra civil. Mahan lhes transmitiu os ensinamentos provenientes da interpretação dos franceses sobre as guerras napoleônicas. O livro-texto padrão na escola era a tradução de um compêndio sobre os preceitos estratégicos de Jomini.

Não há registro de oficiais luso-brasileiros estudando na Europa nessa época. O que se sabe é da adoção dos regulamentos militares criados por Lord Beresford, General inglês que foi para Portugal com o Conde de Lippe e, portanto, possivelmente, um discípulo de Frederico. Jehovah Motta, nos seus estudos sobre a Academia Real Militar, chega a anotar que, três dias após à abertura das aulas, em 23 de abril de 1811, o jornal *A Gazeta do Rio* anunciou que em suas lojas se achavam disponíveis exemplares das *Instruções para o exercício dos regimentos de Infantaria, Instruções provisórias para a Cavalaria, Guia de um oficial em campanha, Máximas de guerra relativas aos campos e aos sítios e as novas ordenanças militares*.

O General Robert Lee, Comandante do Exército confederado e discípulo de Denis Mahan, é derrotado em Gettysburg na mais importante batalha da Guerra Civil americana. Caxias, Generalíssimo das Forças Aliadas na Guerra da Tríplice Aliança, obtém uma vitória retumbante na Manobra do Piquiciri. Eis uma análise comparativa interessante, partindo do tipo de formação e de experiências vividas por ambos num espaço de tempo muito semelhante, que nos permitiria meditar sobre as nossas origens e nossa evolução militar.

Retomemos o nosso contexto, tratando do tempo da Independência do Brasil. Eric Hobsbawm, renomado escritor inglês, ao estudar o período de

1789 a 1848, no seu livro *A Era das Revoluções*, afirma que as revoluções francesa e inglesa, uma política e a outra industrial, sinalizam o início da era moderna e se constituem na emergência do liberalismo e da classe média, tendo, como centro, os dois mais importantes estados rivais daquela época: França e Grã-Bretanha. O Brasil se tornara a sede do Império lusitano e o Rio de Janeiro, a sua capital. Portugal e Lisboa passaram a uma condição subalterna e nunca se conformaram com isso. Apesar do apoio permanente dos ingleses, que se constituíam em uma monarquia liberal, o absolutismo lusitano se manteve e foi reforçado pelos acordos trazidos do Congresso de Viena de 1815. A Espanha, embora liberta do domínio francês, não conseguiu recuperar suas colônias na América e retomou o absolutismo com Fernando VII, um Bourbon ligado à Casa da França.

Para o Sul do Brasil, D. João VI fizera vir de Portugal uma tropa de escol, selecionada entre os melhores veteranos das campanhas européias contra o exército napoleônico. Formou-se a Divisão de Voluntários Reais, cinco mil homens ao comando do General Carlos Frederico Lecor, que se foi juntar a cerca de dois mil luso-brasileiros já estacionados no Rio Grande, ao comando do General Joaquim Xavier Curado, um brasileiro formado no Regimento de Bragança.

Na mesma época, 1817, rebenta em Pernambuco uma revolta de cunho liberal republicano, que é dominada pelo Conde dos Arcos, Governador da Bahia, com tropas do próprio Nordeste. Esse fato ensejou a vinda de novos contingentes de Portugal. Sob o comando do General Jorge de Avilez, chegou ao Brasil a Divisão Auxiliadora, mais leve e menos aparelhada que a divisão de Lecor. Estacionando no Rio de Janeiro, destacou um batalhão para a Bahia, ao comando do então Coronel Inácio Luiz Bandeira de Melo, outro para

Pernambuco, comandado pelo Coronel José Maria Moura e um terceiro para o Piauí, comandado pelo Coronel João José da Cunha Fidié. Na capital, com Avilez, ficaram três batalhões e uma bateria de Artilharia.

José Honório Rodrigues, na sua monumental obra *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, publicada em cinco volumes pela Francisco Alves, em 1975, e da qual a Biblioteca do Exército editou nesse ano o volume nº 3, referente às Forças Armadas, registra as forças brasileiras que compunham o nosso Exército naquela época, no Rio de Janeiro. Segundo ele, havia três regimentos de Infantaria de Linha na Corte, sendo o primeiro deles originário do Regimento de Bragança, que era comandado pelo avô de Caxias e no qual servia seu pai, como Major Subcomandante; o 1º Regimento de Cavalaria de Linha e o Regimento de Artilharia da Corte. Existiam, ainda, outros 15 regimentos de milícias, que se espalhavam por toda a província, além de dois regimentos de Cavalaria de milícias, um deles aquartelado em Resende.

Em janeiro de 1820, o Exército espanhol se rebela e obriga o Rei Fernando VII a adotar a Constituição de 1812, de cunho liberal e que estabelecia a criação de um parlamento. O movimento, induzido por franco-maçons, repercutiu em Portugal e originou a revolução liberal de 24 de agosto, acontecida na Cidade do Porto. O rastilho se espalhou para o Brasil e redundou no retorno de D. João VI para Portugal, restabelecendo a sede do Império luso-brasileiro em Lisboa. Começou, então, o movimento para também restabelecer o *statu quo ante*, retornando o Brasil à situação de Colônia, sequer de Vice-Reino, com as suas províncias subordinadas diretamente a Lisboa.

A História nos conta a ação de D. Pedro, nosso Regente, e de todos os demais patriarcas de nossa Independência. Registra a expulsão da Divi-

são Auxiliadora do Rio, a adesão de Lecor em Montevideu e a neutralização dos efetivos portugueses fiéis a Lisboa; registra a expulsão do Batalhão do Algarve de Pernambuco e a tomada do poder, na Bahia, por Madeira de Melo. Registra a reação da Guarnição do Rio de Janeiro contra as tropas de Jorge de Avilez, estas com 2.700 homens reunidos no Morro do Castelo e aquela com aproximadamente dez mil homens entre tropas de 1ª e 2ª linha, além de forças policiais e tropas auxiliares aglomeradas no Campo de Santana, ao Comando do General Xavier Curado. Foi o tempo vivido entre o “Fico”, em 9 de janeiro, e a partida da Divisão Auxiliadora, que rompeu a barra da nossa baía em 15 de fevereiro.

Caxias é promovido a tenente de Infantaria em 2 de janeiro de 1821, após aprovação plena nos exames do 2º ano da Academia Real Militar, e se incorpora, definitivamente, ao 1º Batalhão de Fuzileiros da Corte. Qual teria sido a sua participação nos acontecimentos que redundaram no “Fico” e na expulsão da tropa de Avilez? Tinha, naquela época, 17 anos. E seu avô, pai e tios, que papel exerceram no movimento? É lícito depreender que tiveram atuação destacada, pois foram convocados para missões relevantes por D. Pedro I, após a Independência, ao serem escolhidos para servirem no Batalhão do Imperador, primeira tropa de elite do Exército Brasileiro.

O Batalhão foi organizado pessoalmente pelo Imperador e a escolha foi feita entre todos os militares aquartelados na Corte, então reunidos no Campo de Santana. Nesse conjunto, estavam os veteranos das guerras napoleônicas que preferiram ficar no Brasil, os veteranos das lutas no Sul, oriundos dos regimentos portugueses – os de Bragança, Moura e Extremóz –, e ainda, com certeza, patriotas das milícias que se sobressaíram nas últimas refregas contra as tropas da Divisão Auxiliadora.

A participação nos combates na Bahia, enfrentando as tropas experientes de Madeira de Melo, ao lado de tropas de milícia de 2ª linha, que se formaram no Recôncavo Baiano para expulsar os lusos de Salvador, permitiu ao jovem tenente, além de viver o seu batismo de fogo, uma convivência com essa singular mistura de homens de arma, que seria a característica da massa de manobra que iria utilizar ao longo de toda a sua vida militar.

A contratação de mercenários foi a solução encontrada por D. Pedro para recompor o vazio deixado pelas tropas portuguesas leais a Lisboa, que deixaram o Brasil por ocasião do processo de nossa independência. Em janeiro de 1823, um decreto criava o Regimento de Estrangeiros, que devia ser constituído por um estado-maior e três batalhões, cada um deles com um efetivo previsto de 844 homens. A primeira leva de alemães chegou ao Rio no início de janeiro do ano seguinte e foi incorporada ao Batalhão de Estrangeiros no dia 20, ficando aquartelada na Ajuda. Com o tempo, os batalhões atingiram um efetivo de 3.917 homens. Também vieram irlandeses, num total de 2.265 mercenários.

Em 1824, a Guarnição do Rio de Janeiro contava com quatro brigadas de Infantaria; a 1ª, comandada pelo Conde d'Escragnoille, enquadrava o Batalhão do Imperador e dois batalhões de Caçadores paulistas, que vieram para a capital por determinação de D. Pedro, para suprir o vazio deixado pelas tropas de Avilez; a 2ª, comandada pelo Brigadeiro Francisco da Costa de Souza e Macedo, compreendia o 1º Batalhão de Caçadores da Corte e outros dois de Estrangeiros; a 3ª, comandada pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que enquadrava o 2º, o 3º e o 4º batalhões de Caçadores da Corte, foi mandada para o Recife, com a missão de debelar a Confederação do Equador; e a 4ª, comandada pelo Brigadeiro Bento Barroso Perei-

ra, era composta por dois batalhões de Granadeiros, um deles de Estrangeiros.

O envio posterior do Batalhão do Imperador para Montevidéu foi uma resposta à ação de D. Juan Antonio Lavalleja e seus 32 companheiros, que ao desembarcarem na Praia de Agraciada, em 19 de abril de 1825, deram início ao processo de independência do Uruguai. A Divisão de Voluntários Reais fora desfeita em 1823 e 1824 como consequência das lutas pela nossa independência; a maioria de seus veteranos voltara para Portugal. Lecor contava apenas com dois batalhões de Caçadores (o 10º e o 11º), dois regimentos de Cavalaria (o 6º de Montevidéu e o 7º de Paissandu) e, ainda, com o 5º Corpo de Artilharia de Posição de Montevidéu. A milícia uruguaia, comandada por Frutuoso Rivera, aderiu aos insurretos. Lecor mandou uma coluna de 1.500 homens para dar combate a Lavalleja e, no dia 12 de outubro, aniversário de D. Pedro, ela é derrotada em Sarandi. Tropas argentinas são mandadas de Buenos Aires para reforçar os uruguaiois. No dia 2 de dezembro, nasce no Rio de Janeiro D. Pedro de Alcântara, herdeiro do trono. Oito dias depois, em 10 de dezembro, o Imperador declara guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em 20 de fevereiro de 1826, trava-se a Batalha do Passo do Rosário, junto ao Arroio Ituzaingó, onde o Exército Imperial, comandado pelo Marquês de Barbacena, é derrotado pelas forças do General argentino D. Carlos de Alvear e deixa o campo da luta sem ser destruído ou perseguido. O combate, extremamente cruento, extenuara ambas as forças sem produzir um desfecho. A luta no mar, com guerra de curso ao longo de toda a costa sul-americana, produz também enormes perdas para os dois contendores. A Grã-Bretanha intervém e media o conflito. Em 24 de maio, é firmada a paz, mas só dois anos depois, em 20 de agosto de 1828, o Brasil reconhece o Uruguai como nação independente.

O emprego do Batalhão do Imperador na defesa da capital da Província Cisplatina não permitiu que Caxias tomasse parte na grande Batalha do Passo do Rosário. Ficamos, então, a imaginar como teria sido a sua conduta, bravo que era, a repelir as cargas de Lavalleja e de Brandsen contra os quadrados formados pelas nossas divisões de Infantaria dos brigadeiros Calado e Pereira Pinto.

A sua permanência em Montevidéu, até dezembro de 1828, também não permitiu que participasse da repressão aos motins de julho daquele ano, promovidos pelos mercenários irlandeses e alemães no Rio de Janeiro, que redundaram na desativação do Batalhão como tropa e no seu retorno para a Europa.

Caxias é promovido a major em 2 de dezembro de 1828, quando retorna da Cisplatina e é designado subcomandante do Batalhão do Imperador. Solteiro, tivera um caso de amor em Montevidéu com uma linda uruguaia de origem nobre, que irá se tornar, mais tarde, primeira-dama de seu país e a quem irá rever por ocasião das guerras contra Oribe e Rosas em 1851.

O brasilianista norte-americano Neill Macaulay, Professor de História da Universidade da Flórida, inspirado por José Honório Rodrigues, produziu um livro sobre D. Pedro I², do qual retiro duas afirmações: “A história brasileira no segundo quartel do século XIX é constituída essencialmente pelo fato econômico do café e pelo fato social da escravidão.” (...) “No Brasil, a questão principal não foi o liberalismo nem a independência, mas a unidade nacional.” A primeira afirmação indica que ao Exército Nacional, no Primeiro Reinado, seja por descaso, seja por influências externas, seja por falta de meios, não coube papel relevante na consolidação de nossa independência, haja

vista a perda da Província Cisplatina, no Sul do Império. A segunda afirmativa indica, de maneira subjetiva, o papel preponderante que realmente teve na conservação da unidade nacional; papel que vai se construir na medida em que a figura de Caxias começa a emergir como líder e chefe militar no cenário nacional.

O episódio da Abdicação, no qual Caxias aparece como último trunfo de D. Pedro para debelar a reação nativista à presença de um português no comando da nação e que, por direito de herança, também era rei de Portugal, o que gerava o receio do retorno de um governo monárquico absolutista, caracteriza o momento dessa emersão.

Ao retroceder no tempo para recordar facetas desse fato histórico, faz-se necessário lembrar a fidelidade daquele que proclamou a nossa independência ao regime constitucional que ele próprio estabelecera em 1824. Basta lembrar suas últimas palavras: “Prefiro abdicar a aceitar imposições violentas contrárias à Constituição ditadas pelo povo e por um exército amotinado... Todos os que aqui nasceram estão no Campo e contra mim. Eles não me querem como governante porque sou português. Não importa como o façam, eles estão determinados a livrarem-se de mim.... Meu filho tem sobre mim a vantagem de ser brasileiro. E todos os brasileiros gostam dele. Ele reinará sem dificuldade, e a Constituição garantirá as suas prerrogativas. Descerei do trono com a glória de terminar como comecei, constitucionalmente.”

Ao matizar Caxias como último trunfo de D. Pedro, estamos nos referindo à consulta que lhe foi feita pelo Imperador, na noite de 6 de abril. Estando o Batalhão do Imperador de prontidão, no Palácio da Boa Vista, por intermédio do Marquês de Cantagalo, pergunta a respeito da fidelida-

² *D. Pedro I - a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal 1798-1834*. Ed Record, 1993.

de do subcomandante do Batalhão, considerando que as tropas da Corte estavam amotinadas no Campo de Santana, incluindo seu pai, que era o Comandante Militar da Guarnição, e seus tios, que comandavam unidades já rebeladas.

Responde Caxias, depois de observar, que “o espírito de rebelião lavrava de tal maneira na maioria dos oficiais do corpo, que os exaltados, seguros dessa maioria, nem sequer se davam ao trabalho de subverter os soldados”: “Se Sua Majestade quiser debelar o movimento, bastará seguir nesta mesma noite para a Fazenda de Santa Cruz e aí reunir as milícias, à frente das quais estou pronto a colocar-me, devendo estacionar no Campinho os postos avançados. Se porém adotar esse alvitre, deverá ser acompanhado de um decreto, concedendo baixa a todos os soldados da primeira linha que o quiserem; pois feito isso, dentro de 24 horas, os oficiais se acharão a sós.”

A resposta de D. Pedro, trazida por seu conselheiro militar, reflete o conceito que fazia do nosso Patrono: “O expediente proposto é digno do Major Lima e Silva; mas não o aceito, porque não quero que, por minha causa, se derrame uma só gota de sangue brasileiro: siga, portanto, o Major, a sorte de seus camaradas reunidos no Campo de Santana.” Reflete, também, uma época em que os valores definiam a estatura dos nossos melhores homens públicos.

Sobre esse episódio, convém recuperar os registros de Osvaldo Orico constantes de seu livro *O Condestável do Império*, no qual cita um folheto publicado em 1866 por José de Alencar. Aí se lê: “Ligado por tradições de família e simpatias pessoais ao grande Partido Nacional, Luiz Alves estava preso a D. Pedro I por amizade e, sobretudo, pelos sentimentos de respeito ao superior, que, no militar brioso, não é só dever de disciplina, porém movimento espontâneo do coração. Como homem

e aliado ao grande Partido Nacional, que promoveu a Abdicação, parece que o lugar de Lima e Silva devia ser no Campo da Honra, ao lado de seu pai, o Lafayette desses três dias revolucionários, copiado quase textualmente do original francês. Como soldado, porém, seu posto era ao lado de seu generalíssimo, do chefe constitucional da Força Armada passiva e obediente ao Príncipe que primeiro desembainhou a espada da Independência e liberdade no solo brasileiro.” (...) “O General Lima e Silva, influência política, reclamado como chefe por seu partido, entendeu que lhe devia o sacrifício do seu dever militar. O Major Lima e Silva, ainda não solicitado pela política, cedeu ante a disciplina.” Observa, conclusivamente, Osvaldo Orico: “Parece que, nesse julgamento, está escrita a exegese da questão. O General Lima e Silva trocou o dever militar pelo político. O Major preferiu ficar com o primeiro.”

Os primeiros tempos do período regencial encontram a capital do Império desprotegida, porque a tropa de que dispunha era pouco disciplinada e incapaz de conter o conflito latente entre portugueses e brasileiros. São os tempos do Padre Diogo Antonio Feijó, nomeado Ministro da Justiça e que vai criar a Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831, extinguindo, ao mesmo tempo, as milícias e as ordenanças. É o tempo da criação do Batalhão Sagrado, tropa constituída só por oficiais, por inspiração de Caxias, para manter a ordem na cidade desguarnecida; dele foi seu subcomandante.

Em 22 de outubro desse mesmo ano, é criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, com a missão de policiar a Corte. As desordens não cessavam e se vivia um clima de grande insegurança. Um episódio conhecido como Abrilada, por ter acontecido no dia 3 de abril de 1832, dá bem a dimensão do clima naquela época. O Ma-

Major Miguel de Frias e Vasconcelos, que participara ativamente dos acontecimentos da abdicação de D. Pedro I, estando preso na Fortaleza de Villegagnon, sublevou a guarnição e ainda atraiu a tropa da Fortaleza de Santa Cruz; bem municiado, dirigiu-se ao Campo de Santana e proclamou a República. O Major Lima e Silva, à frente dos Guardas Municipais, do qual era o subcomandante, liderou uma carga à baioneta contra os insurretos e acabou com a rebelião. O Major Frias fugiu e se refugiou na casa do Desembargador Nabuco, na Rua do Areal, hoje Moncorvo Filho, onde está situada a Policlínica Central do Exército. Apontado o local do homizio por populares, para lá se dirigiu Caxias, sendo convidado a entrar pelo Desembargador. Percorreu a casa e num cômodo fechado encontrou Frias. Não o prendeu, retirou-se sem nada dizer.

Vilhena de Moraes, no seu *O Duque de Ferro*, apresenta esse episódio confrontando versões e análises que valem a pena reproduzir. Ao falar da magnanimidade do vencedor, cita Monsenhor Pinto de Campos, seu primeiro biógrafo, “que dizer Caxias cumprido seu dever militar até o fim, esforçando-se, na medida do possível, por capturar o revoltoso que se punha em fuga diante dele, no campo da luta. Vencido, porém, asilado no sagrado refúgio de uma casa particular, já impossibilitado de causar dano à tranqüilidade pública, repugnou-lhe o simples papel de beleguim ou galfarro, encarregado de entregar o criminoso à justiça que, no caso, queria apenas dizer, em se tratando de um militar, o conselho de guerra e o pelotão de fuzilamento. Caxias houvera praticado um ato de generosidade, por assim dizer pessoal, em favor de um mero adversário vencido, fosse quem fosse.” Vilhena cita uma outra versão, agora de Moreira de Azevedo, que considera que o gesto “já não aparenta a mesma franque-

za, a mesma hombridade, a mesma lisura. É antes a expressão de um sentimento, por infelicidade muito nosso, de atenção pessoal, de camaradagem, de simples compadresco com um amigo de infância, um antigo companheiro de armas e de estudos. Em vez de cumprir, como no primeiro caso, até o fim, o seu dever militar, Caxias, rigorosamente falando, quase que o atraiçoa, com uma perseguição que, afinal de contas, não representava mais que uma comédia, uma farsa, uma burla.” Embora cite Moreira de Azevedo, Vilhena fica com a versão de magnanimidade defendida por Pinto de Campos, o que está mais ao porte do Patrono.

A presença de Caxias junto aos Guardas Municipais permanentes vai perdurar até o final de 1839, quando é chamado pelo Ministro da Guerra, o Conde de Lajes, para pacificar o Maranhão. É promovido a coronel e nomeado, simultaneamente, Presidente e Comandante das Armas da Província. É nomeado, também, Comandante do Exército Pacificador. Nesse tempo, entre 1832 e 1839, sua vida gozou de relativa calma. Foi quando se enamorou de Anna Luiza Carneiro Viana, filha do Desembargador Paulo Fernandes Viana, a quem o Rio de Janeiro deve grandes progressos, pois seu cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte era assemelhado ao atual de prefeito e ele o desempenhou desde o tempo dos vice-reis, mesmo antes da chegada da Família Real em 1808. Pelo lado materno, Anica, seu apelido, descendia de Braz Carneiro Leão, um dos comerciantes mais ricos da Colônia e que apoiara, financeiramente, a instalação da Corte no Rio de Janeiro. Casaram-se em 2 de fevereiro de 1833 e tiveram três filhos, duas meninas e um menino.

É longo o tempo que se segue, o das lutas internas, que começa com os combates e os conflitos em torno da Independência e vai penetrar

o reinado de D. Pedro II, até o término da Revolução Praieira. Algumas pequenas sedições dominadas localmente, outras, de vulto, como foram o casos da Cabanagem no Pará, que vai durar de 1832 a 1838; da Revolução Farrroupilha, que explode em 1835 e perdura por dez anos; da Sabinada na Bahia, em novembro de 1837; da Balaiada no Maranhão, que começa em 1838 e termina em 1840; das sedições de Sorocaba e Barbacena, em São Paulo e Minas Gerais, no ano de 1842; e da acima citada Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1848. Caxias pacifica o Maranhão, resolve com rapidez as sedições de São Paulo e Minas Gerais e termina com a Farrroupilha, em todas elas demonstrando sua capacidade de liderança e sua magnanimidade.

Em 18 de junho de 1841, é promovido a general e recebe o título de barão. Vai começar o período mais ilustrado, mais edificante, mais momentoso de sua vida. Serão quase quarenta anos de laboriosos serviços prestados ao Exército e à Pátria, seja como militar, seja como estadista, seja como cidadão. Para deixar uma referência e criar um elo com esse novo momento, penso que vale a pena contextualizar, genericamente, esse tempo que, para ele, estava por vir.

Começemos por lembrar que, quando Caxias estava no Maranhão, deu-se a maioria de D. Pedro de Alcântara, menino transformado em imperador aos 14 anos de idade, criado como órfão por predecessores, dentre eles José Bonifácio de Andrada e Silva. Serão tempos de alternância no poder entre liberais e conservadores, tempos em que o café será transformado em nossa maior riqueza econômica, em contraponto à questão da escravidão, de cuja mão-de-obra dependia, e que trará implicações nas nossas relações internacionais. Serão tempos de paz na Europa e de turbulência nas Américas, com dois grandes conflitos a

revolver-lhes as entranhas: a Guerra de Secessão ao norte e a Guerra da Tríplice Aliança ao sul. Serão tempos em que o Brasil se envolverá em lutas com seus vizinhos, para definir a posse de seus espaços e consolidar a sua soberania. Serão tempos de transformação do nosso Exército, que só se tornará efetivamente nacional nos campos de batalha do Paraguai. Serão tempos de ocaso, tanto do guerreiro, quanto do Império.

A proposta a que me atribuí ofereceu-me a oportunidade de conhecer uma dimensão da nossa história que nunca avalei concretamente e que me robustece a crença de que a visão sobre os fatos históricos tem de ser holística para ser completa, verdadeira e profunda. A importância de homenagear a figura de Caxias se sobreleva pela delicada crise de valores que atinge e ameaça, hoje, a nossa vida comunitária, colocando em risco os nossos direitos e a nossa cidadania. A memória é importante porque se transforma em referência. Talvez por isso Cícero tenha afirmado que a História é a Mestra da Vida. Os valores que Caxias nos legou são a referência de que precisamos para fazer a travessia nesse mar revolto e devem inspirar as atitudes que teremos de tomar para buscar o porto seguro da boa convivência, do trabalho digno, do respeito ao nosso semelhante e do dever cumprido. Dignidade, honra, lealdade, perseverança, coragem física e moral, honestidade, atitude ética, magnanimidade, humildade sem subserviência, desprendimento e firmeza de propósitos são alguns dos faróis deixados por esse brasileiro ao longo de sua ímola trajetória, tão fulgurante que transformou seu nome em adjetivo.

Caxias é Caxias!

Sergio Roberto Dentino Morgado – General-de-Brigada R1. Diretor de Planejamento da Fundação Cultural Exército Brasileiro.

O lado (ainda mais) gratificante de se investir em cultura

Muita gente ainda reluta em investir em cultura, alegando que o Brasil tem outras prioridades. Mas um país que se preocupa com a cultura de seu povo preserva sua história e garante que o conhecimento e os valores do presente sejam, de alguma forma, impressos nas futuras gerações. Do que se conclui que investir em cultura é investir em educação – no mínimo, significa formar um povo com memória, com passado, com orgulho de suas raízes. O melhor de tudo é que os benefícios de iniciativas dessa natureza se interligam e aparecem em todos os setores da sociedade. Para falar a língua dos que empunham a bandeira do ‘social’, o investimento em cultura movimentava a economia, gera emprego e, na maioria das vezes, utiliza recursos humanos, equipamentos e insumos nacionais.

Os projetos da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FunCEB) ilustram de uma forma bem nítida

essa equação, uma vez que, ao mesmo tempo em que preservam o patrimônio histórico e cultural da instituição, têm também cunho social e ambiental. Um ótimo exemplo é a restauração da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Jurujuba (RJ), uma edificação construída há quase cinco séculos para impedir a entrada de inimigos na Baía de Guanabara. A obra prevê significativas melhorias nas condições locais de preservação do meio ambiente e seguramente vai aumentar a visitação de turistas ao local, que já atrai perto de 180 mil pessoas por ano.

Mas, assim como a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, o Exército Brasileiro possui um enorme patrimônio cultural e histórico que precisa de cuidados e pode produzir benefícios inestimáveis para a atual população e as futuras gerações de brasileiros e brasileiras, independentemente de sua ligação com o Exér-

O Unibanco apoiou o projeto de restauração do Pantheon de Caxias



cito. Por essa razão, a FunCEB vem buscando parcerias que a ajudem a viabilizar suas ações, como a que firmou com o Unibanco no começo deste ano.

De lá para cá, o banco trabalhou no desenvolvimento de uma linha de crédito por meio da qual o militar interessado poderá contribuir sem ônus com os projetos da FunCEB, valendo-se dos benefícios da Lei Rouanet, que permite que os valores de doações feitas por pessoas físicas a projetos cultu-



rais sejam abatidos do Imposto de Renda devido até o limite de 6%. “O convênio com o Unibanco é vital para a preservação da cultura do Exército Brasileiro, na medida em que abre um caminho para a obtenção de recursos sem onerar ninguém”, sublinha o Diretor Executivo da FunCEB, General Álvaro Augusto Alves Pinto.

Afinidades

O interessante é que a FunCEB descobriu ter muitas afinidades com o novo parceiro. Fundado em 1924 pela família Moreira Salles, o Unibanco é um banco 100% nacional que há muitos anos está voltado para fomentar as atividades culturais no Brasil. Para ter uma idéia, em 1990, criou o Instituto Moreira Salles, comprometido com o audacioso projeto de tornar a cultura cada vez mais acessível ao grande público. Desde então, busca promover, desenvolver e difundir a cultura brasileira por meio dessa entidade, concentran-

do-se em cinco áreas distintas: fotografia, literatura, cinema, artes plásticas e música popular.

Com um foco tão direcionado ao assunto, naturalmente o Unibanco percebeu na FunCEB uma nova via de realizar esse trabalho. Tanto é assim que patrocinou a reforma do mausoléu de Duque de Caxias, no Pantheon Duque de Caxias, que fica no Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, tendo destinado R\$ 100 mil para a reconstrução do monumento. “Escolhemos o projeto particularmente por entendermos quanto a figura de Duque de Caxias é recorrente dentro da instituição, em todos os níveis”, observa o presidente do Banco de Varejo do Unibanco, Joaquim Francisco de Castro Neto. A obra ficou pronta para as comemorações do bicentenário do nascimento do Patrono do Exército do Brasil que ocorreram em agosto de 2003.

O Unibanco, entretanto, não se limitou a essa iniciativa nem à criação da linha de crédito para doações à FunCEB. Comprovando que está mesmo a serviço do Exército Brasileiro, montou um pacote de ofertas específicas para os militares com o que há de melhor no mercado. “Com isso, queremos tornar o investimento em cultura ainda mais gratificante, além de evidenciar que, para nós, é uma honra tê-los como clientes”, explica Castro Neto.

Nesse pacote, merecem destaque o Cheque Especial 13 dias sem juros, que possibilita o uso do limite de crédito por um período de 13 dias sem o pagamento de juros; a isenção de tarifas bancárias durante seis meses e a concessão de um limite de cheque especial correspondente a 100% do valor da renda líquida do militar, sem falar nas linhas de empréstimo com taxas diferenciadas entre outras vantagens idealizadas especialmente para recompensar quem não apenas estende um braço forte para amparar a cultura do Exército Brasileiro, mas, acima de tudo, enxerga na cultura uma arma estratégica para mudar e revolucionar o País.

Serviço: Para saber como fazer sua doação à FunCEB sem ônus e ainda se valer do pacote de produtos e serviços do Unibanco, ligue grátis 0300-7883030.